

# Expresso

DIRETOR: FRANCISCO PEREIRA SALGADO - REDACÇÃO: RUA DA BARRICADEIRA, 171-A - 121 - TELÉFONOS: 658.000 - 67.000 - LISBOA

## "Grande manifestação" frustrada?

PRESENÇA reduzida para a 1.ª de setembro marcou o fim da "Grande manifestação" que se realizou em Lisboa, no dia 31 de agosto. Apesar de ter sido considerada uma "manifestação de massa", a participação foi limitada, sobretudo no que diz respeito à duração e ao número de participantes. A manifestação foi organizada pelo Partido Socialista, com o objetivo de pressionar o governo para a realização de eleições antecipadas. No entanto, a baixa participação levou a questionamentos sobre o apoio popular à causa.

## Cazal Ribeiro em Espanha

GOVERNAMENTO espanhol, anunciou em Madrid a sua intenção de aceitar a candidatura de José Manuel de Gago Coutinho para o cargo de embaixador em Espanha.

## Multinacionais propõem colaboração

A BUNNEN & CO. e a M.D.E.A. e a sua rede de empresas multinacionais, apresentaram ao governo português uma proposta de colaboração para a realização de um estudo de viabilidade económica e social para a construção de uma central hidroeléctrica no rio Tejo, na zona de Castelo Branco.

## Governo aprecia projecto do M.D.E./S.

O GOVERNO português aprecia o projecto de lei apresentado pelo M.D.E./S. para a criação de um Conselho Nacional de Investimentos, que teria a função de coordenar e promover os investimentos estrangeiros em Portugal.

## Trabalhadores do "J. C." apresentam nova proposta

OS TRABALHADORES do "Jornal da Cidadania" apresentaram ao governo português uma nova proposta de lei para a criação de um Conselho Nacional de Investimentos, semelhante ao proposto pelo M.D.E./S., mas com algumas alterações significativas.

## Moçambique:

### Começa a nascer uma Democracia Popular

LUISENCO MARQUES diz que Moçambique está a viver um período de transição para uma democracia popular. Segundo ele, o povo moçambicano está a assumir um papel activo na construção de um novo sistema político e económico.

### Conselho de Ministros de ontem: Novo governador para Cabo Verde

O CONSELHO DE MINISTROS de ontem decidiu nomear para governador de Cabo Verde o senhor António de Almeida, antigo ministro da Educação e do Desporto.

Almeida, antes de ser nomeado governador, foi ministro da Educação e do Desporto durante o governo de Vasco Gonçalves. Ele é considerado uma figura de confiança do partido governante em Moçambique.

Almeida, antes de ser nomeado governador, foi ministro da Educação e do Desporto durante o governo de Vasco Gonçalves. Ele é considerado uma figura de confiança do partido governante em Moçambique.

Melo Antunes

Muita da

25

ao EXPRESSO

Fig. 8 e 10

AL CARNEIRO

Parlamento E

MRPP

entrevista com um quadro daquele MOVIMENTO

Fig. 10

Peru: contra o golpe do CIA - mobilização social de Alvarado

Fig. 8 e 10

A nacionalização dos bancos emissores e o compromisso do Programa do Governo Provisório

Fig. 10

## Aliança Portuguesa para o Progresso Social: Plano financeiro (e não só...)

O PLANO financeiro da Aliança Portuguesa para o Progresso Social, apresentado pelo senhor António de Almeida, prevê a criação de um Conselho Nacional de Investimentos, com o objetivo de coordenar e promover os investimentos estrangeiros em Portugal.

O plano financeiro também prevê a criação de um Conselho Nacional de Investimentos, com o objetivo de coordenar e promover os investimentos estrangeiros em Portugal.

## Novos elementos para o "dossier" do Partido Nacionalista Português

O PARTIDO Nacionalista Português apresenta novos elementos para o seu "dossier", incluindo a criação de um Conselho Nacional de Investimentos, com o objetivo de coordenar e promover os investimentos estrangeiros em Portugal.

Novos elementos para o "dossier" do Partido Nacionalista Português, incluindo a criação de um Conselho Nacional de Investimentos, com o objetivo de coordenar e promover os investimentos estrangeiros em Portugal.

## Victor Crespo garante ao EXPRESSO: "Não há razão para a população abandonar Moçambique"

VICTOR Crespo garante ao EXPRESSO que não há razão para a população abandonar Moçambique. Ele afirma que o povo moçambicano está a assumir um papel activo na construção de um novo sistema político e económico.

Victor Crespo garante ao EXPRESSO que não há razão para a população abandonar Moçambique. Ele afirma que o povo moçambicano está a assumir um papel activo na construção de um novo sistema político e económico.

Ω

OMEGA

COSMIC 2000

Um novo conceito em relógios impermeáveis



OMEGA

tem a confiança do Mundo



## "Grande manifestação" frustrada?

PREVISTA primeiro para o fim da próxima semana, e depois para segunda-feira, a manifestação promovida por vários agrupamentos de direita, muito provavelmente não se realizará devido, a friza com que a Presidência da República a encara. A manifestação poderá ser considerada inoportuna e indesejável. Durante toda a semana ela esteve na ordem do dia, se não vejamos alguns exemplos:

"Grande manifestação nacional em Lisboa" era o título de um impreso que invadiu as ruas da capital (ouve quem o visse atirado de avião) e tratava de levar a chamada "maioria silenciosa" a apoiar o General Spínola na execução do Programa do M.F.A. "entendido de boa-fé" (sic). Podia-se no panfleto a todos os referidos "silenciosos" que "organizem as suas vidas e as suas viagens para estarem presentes" na data que oportunamente será anunciada.

Sabia-se, por outro lado, de preparativos para uma outra manifestação que consistiria de mulheres portuguesas rezando o terço em voz alta, descendo a Avenida da Liberdade, para protestar contra (ou para esconjurar?) o comunismo que "destrói as famílias" ... no entender das manifestantes.

## Cazal Ribeiro em Espanha

DEVIDAMENTE autorizado, encontra-se em Espanha o deputado Francisco Cazal Ribeiro, portador, ao que parece, de um passaporte válido por três meses.

## Multinacionais propõem colaboração

A SEGUIR à C.I.P. e ao M.D.E./S., é agora a vez de um grupo de empresas multinacionais radicadas em Portugal pensarem em participar activamente na reestruturação da economia portuguesa.

Embora a nível inteiramente informal, reuniram-se pela primeira vez representantes dessas empresas para debater a melhor maneira de proporem formas concretas de contribuição para a reanimação económica do país.

De concreto nada se concluiu, se bem que num futuro próximo as multinacionais se propõem apresentar um documento programático sobre a questão.

## Governo aprecia projecto do M.D.E./S.

ESPERA-SE para breve um comunicado do Governo referente à apreciação do projecto do M.D.E./S., uma vez que o Conselho Económico e Social, composto pelos ministros sem pasta, e ministros das Finanças, Economia, Trabalho e Assuntos Sociais, já deu o seu parecer sobre o assunto.

Segundo conseguimos apurar, aquele Conselho terá considerado o projecto como acto político positivo.

Em relação aos projectos "em si", para além de referir que muitos eram iniciativas já em curso (e que portanto não necessitariam de autorização administrativa para a sua realização), solicitou elementos mais concretos em relação às fontes de financiamento dos mesmos.

## Trabalhadores do "J. C." apresentam nova proposta

OS TRABALHADORES do "Jornal do Comércio" reunidos ontem à tarde no Sindicato das Artes Gráficas aprovaram por 87 votos contra 38 uma nova proposta que será apresentada à Administração da empresa, e seguido a qual retornariam ao trabalho iniciando-se imediatamente negociações, sem que, no entanto o director Carlos Machado tenha acesso às instalações do jornal. Esta proposta foi acordada numa reunião entre os Sindicatos das Artes Gráficas; Administrativos e Revisores de Imprensa e dos Jornalistas com o Dr. Jaime Cortesão, acessor do Grémio da Imprensa Diária, via sair do impasse em que a situação entrou há cerca de oito dias. Desconhece-se até este momento a resposta da administração a esta última proposta.

Moçambique:

## Começa a nascer uma Democracia Popular

LOURENÇO MARQUES (Do nosso enviado Augusto de Carvalho) — O discurso de Samora Machel ontem lido na tomada de posse do Governo Transitório de Moçambique pelo ministro da Administração Interna, Armando Guebuza, constitui uma definição política daquilo que vai ser no futuro o viver global do novo país. Foi um discurso enérgico, claro, anticolonialista e anticapitalista, apostando para um tipo de sociedade original que se pretende construir aqui no Índico, onde a palavra raça, região, tribo, a avaliar pelas suas palavras, não tem sentido. Um Governo Popular sob a direcção da FRELIMO, em revolução permanente. "O Governo é o instrumento da FRELIMO ao nível do Estado e o braço executivo da vontade popular. Amputado o braço do corpo, rapidamente apodrece e decompõe-se", afirmou Samora Machel pela boca de Guebuza.

Este Governo Transitório tem como finalidade principal operar a transferência de poderes no quadro conjunto do entendimento entre o Governo de Lisboa e a FRELIMO, descolonizando progressivamente. O conceito de descolonização a

realizar na prática foi também demarcado em termos programáticos no discurso de ontem, que se pretende pedra fundamental e marco balizador dos governantes: "descolonizar o Estado, ou seja, Samora Machel que não esteve presente, significa essencialmente desmantelar o sistema político, administrativo, cultural, financeiro, económico, educacional,

jurídico e outros que como parte integrante do Estado colonial se destinava exclusivamente a impor às massas a dominação estrangeira e a vontade dos exploradores. Nesta acção, embora saibamos buscar inspiração e estímulo nas experiências revolucionárias dos outros povos, construiremos assentes na nossa própria originalidade, baseando-nos nas condições específicas do nosso país. Será assim, também, que enriqueceremos o património revolucionário da Humanidade, de- ver que temos vindo a cumprir nestes anos de luta".

### O poder exercido pelo Povo

A ninguém ficou dúvidas, ontem, depois de ouvir o discurso de Samora Machel e haver contactado com os ministros nomeados pela FRELIMO que Moçambique vai coadjuvar uma democracia popular. "O Governo de Transição tem a tarefa fundamental de, sob a direcção da FRELIMO, criar as condições para a extensão do Poder Popular Democrático às zonas até agora sob domínio colonial. Se para os milhões de moçambicanos e moçambicanos que construíram o seu poder nas zonas libertadas esta é já uma realidade e experiência concreta. O mesmo não acontece no resto do país". "O poder pertence ao Povo, foi conquistado pelo Povo, deve ser exercido e defendido pelo Povo". Como é que este poder vai ser exercido pelo Povo, descreve-o Samora Machel:

«Céleste» pág. 16

Moçambique:

# Tomada de posse do Governo Transitório

Continuação da p. 1

"O Governo não poderá resolver nenhuns problemas se permanecer fechado num edifício, governando através de métodos burocráticos e administrativos. A solução do problema das massas e do país, antes de ser administrativa, é política. Por isso é a linha da FRELIMO forjada na luta intranigente pela defesa dos interesses das massas, que deve guiar a acção do Governo, é a FRELIMO que deve guiar a acção do Governo, é a FRELIMO que deve orientar o Governo e as massas. Ao nível de cada fábrica, de cada reparação, de cada serviço, de cada estabelecimento comercial, ao nível de cada empresa agrícola devem constituir-se Comités do Partido que tenham em aplicação as palavras de ordem da FRELIMO e do Governo de transição, libertando a iniciativa e pondo em movimento a capacidade criadora das massas".

"Nunca devemos sobrepor a técnica à política. Isto significa, sublinha Machel, que em cada unidade produtiva, em cada ministério, em cada serviço público, através de todo o nosso país, o nosso esforço principal deve ser o desenvolver o Povo no seu destino, a consciência de que a construção de Moçambique, a liberdade, significa trabalho, liquidação da preguiça e da miséria".

Neste contexto não há lugar para os partidos políticos aos quais já se havia referido o Primeiro-Ministro Joaquim Chissano em conferência de imprensa, dizendo que a sua existência não correspondia aos

interesses reais do Povo e a verificar-se mais não seria que o resultado de uma criação artificial através de decretos de secretaria.

## Lista de prioridades

Desejarei ainda Samora Machel uma lista de prioridades a actuar dentro deste método revolucionário. Mencionou assim os graves problemas de ordem financeira e da situação cambial, a criação de um banco emissor, o ataque à fome, à sede e à falta de alojamento, males estes que classificou como resultado do sistema de exploração. Quanto à greve deixou de ser razão de ser neste contexto.

Para o campo que se dirigirá o essencial do esforço da FRELIMO, a agricultura será a base do desenvolvimento e indústria o seu factor dinamizador. Anunciou ainda combate cerrado aos valores decadentes, à imitação cega do estrangeiro, imoralidade, ao suborno, ao nepotismo e aos privilégios de qualquer espécie. Para os novos dirigentes da FRELIMO "a instrução, a educação e a cultura vai estar ao serviço das largas massas oprimidas e humilhadas pelo sistema de exploração colonialista e capitalista".

Nesta linha de considerações, acrescentou Samora Machel: "Estamos empenhados numa revolução, cujo desenvolvimento depende da criação do homem novo, com uma mentalidade nova. Estamos empenhados numa revolução que visa a instauração do Poder Popular Democrático."

Seria por agora impossível analisar pormenorizadamente as

linhas fundamentais definidoras da vida do novo país que vai ser vivida em moções revolucionárias e método dialéctico. No entanto o essencial político fica traçado.

Quanto à população branca, Samora Machel dirigiu-lhe uma mensagem de tranquilidade e confiança. "A FRELIMO nunca lutou contra o povo português, nem contra a raça branca. A FRELIMO é a organização de todos os moçambicanos sem distinção de raça, de cor, de etnia ou de religião". Na prática estas palavras ficaram ali bem provadas pela inclusão de dois brancos da FRELIMO, um no Governo, o dr. Rui Baltazar Alves, e outro no Comité Militar Mista, Jacinto Veloso. Ficou bem claro que a raça enquanto raça não é para a FRELIMO valor de cidade: todos os homens honestos que vivam do seu trabalho, têm, a avaliar pelo que ouvimos e verificamos, lugar neste novo Moçambique, dentro duma Democracia de estilo próprio em que o Povo através de Comités mais pequenos, em ondas concentricas, participa nas decisões de cúpula.

## A tomada de posse

Eram onze e vinte em ponto quando começaram a entrar no salão nobre da residência da Ponta Vermelha as delegações estrangeiras da Tanzânia, Zâmbia, Somália, Guiné-Conery, PAIGC, Argélia, O.U.A., O.N.U., estas duas organizações representadas respectivamente pelo seu Secretário-Geral e Secretário-Geral Adjunto. Por fim os membros da

delegação portuguesa. A última da hora soubermos que países houve interessados em estar presentes em Lourenço Marques, chegando mesmo a estranhar o facto de não terem sido convidados, como é o caso da Suazilândia. De fonte segura foi-nos dito que no caso de Portugal não houve convite a países. No entanto comatamos que tais convites foram dirigidos pela FRELIMO e atenuando as delegações presentes chegaram, sem dificuldade à conclusão que a Frente que ter comigo nesta hora grande os maiores amigos dos tempos da luta mais dura. De Portugal veio a chefiar a delegação o ministro Melo Antunes a quem este processo original algo fica a dever.

Da parte da FRELIMO foram nomeados seis ministros e da parte do Governo português apenas três (Comunicações e Transportes, Saúde e Assuntos Sociais, Obras Públicas e Habitação). Todos estes últimos transitaram do anterior Governo Provisório. São eles: Eugénio Baptista Picolo, António Joaquim Paulino e Luís Mário Alcantara Santos. Da FRELIMO: Joaquim Chissano, Primeiro-Ministro (por nós já anunciado a semana passada); Armando Guebuzi, da Administração Interna; da Justiça, Rui Baltazar Alves; da Coordenação Económica, Mário Graça, da Informação, Oscar Monteiro, do Trabalho, Mariano Araújo Matosinho, da Educação e Cultura, Godofredo MGObe.

Na próxima semana serão nomeados secretários de Estado e Subsecretários.

Foi ainda criada uma Comissão Militar Mista composta de três elementos da FRELIMO e mais três do Governo Português.

### Processo original e realista

O Alto Comissário Victor Crespo que discursou em primeiro lugar referiu-se ao processo original e realista desta descolonização que cada vez mais há-de irmanar os dois povos de Moçambique e Portugal, ambos, cada um no seu campo, a lutar pela libertação continua. Por outro lado, mencionou as "coisas" já existentes em Moçambique. "As coisas porque são coisas, disse, não têm aspirin. Elas podem ser instrumentalizadas de uma política." ONS. P. 100/101.

Por sua vez, Joaquim Chissano pôde em evidência o clima de fraternidade já criado entre o Alto Comissário, as Forças Armadas Portuguesas e a FRELIMO, salientou que a actuação de Victor Crespo é fundamental e decisiva para o estreitamento das relações entre Moçambique e Portugal, relações essas que a FRELIMO deseja em clima de irmão e igualdade.

Resta dizer que os numerosos jornalistas aqui presentes, para cima duma centena não se cansam de sublinhar este processo de descolonização que está a ser operado em amizade fraterna para eles impensável. Esta a grande lição, acrescentou um elemento do novo Governo, que Moçambique sob a direcção da FRELIMO e Portugal impulsionado pelas forças progressistas estão a dar ao Mundo.

Aliança Portuguesa para o Progresso Social:

## Plano financeiro (e não só...)

A CRIAÇÃO de um instituto de opinião INOP, a participação na remodelação da agência ANI, uma tomada de posição na imprensa, rádio e televisão, admitindo a criação de uma emissora pirata fora das águas territoriais portuguesas, e a constituição de uma empresa de exportação e importação de bens e serviços, — são pontos de financiamento externo — estes alguns dos pontos de infra-estrutura planeada pelo novo Partido da direita, Aliança dos Portugueses para o Progresso Social.

Conforme o EXPRESSO noticiou na semana passada, a A. P. S. encontra-se em vésperas de lançamento.

Afirma que seu propósito a quase quadratura do círculo: ter três alas, uma que chama Social-Democrata, outra democrática-cristã, e uma terceira independente ou liberal. Convergem nestas alas elementos de partidos todos eles de direita, embora com as designações mais variadas, para tentar simular uma frente ampla de várias orientações sem assento no Governo.

Entretanto, sucedem-se reuniões de elementos organizadores do Partido (alguns dos quais dirigentes de relevo da ex-ANP) com representantes de poderosos grupos económicos para estudarem o financiamento ao novo partido. Diz um documento escrito por um dos primeiros dirigidos a um dos seguintes:

...informa que tudo está pronto para o arranque dependente apenas de decisão que os grupos detentores do poder económico adoptem e se frustrou há 15 dias

pele ausência de V. Ex.ª — a pessoa decisiva — pelo que ouso pedir a vossa reunião... o mais suguere possível pois se pretendo fazer o anúncio da Aliança esta semana" (a semana passada).

Em memorial descreve-se a infra-estrutura tida por necessária à operacionalidade e eficiência da Aliança.

Primeiro ponto é a formação de um Instituto de Opinião (INOP) com possível constituição por participação das actuais empresas de estudos de mercado e publicidade dos principais grupos económicos e financeiros.

E acrescenta-se "não deviam esquecer-se empresas estrangeiras radicadas em Portugal que pudessem dar também cooperação — assegurada pelo menos grandes potencialidades de mercado — como a Unilever, Shell, Mobil, BP, Philips, Siemens, etc."

Como objectivos partidários define o documento: "Estudos de opinião para o Partido e com eventualidade de venda aos meios de Comunicação Social dos resultados dos estudos de iniciativa própria que politicamente convêm; Promoção e publicidade do Partido; Pagamento de funcionários dispênses pelo País que pudessem ser activistas políticos do Partido, mas não coarctados a este por como funcionários por motivos de eficiência política".

Ainda se prevê que nos quadros directivos ou técnicos da nova sociedade estivessem presentes duas pessoas acedadas com o Partido.

No que respecta à criação de uma empresa editora de publica-

ções periódicas e não periódicas, também encarregada da sua distribuição, visa-se preferencialmente a participação em funko de editoras ou distribuidoras já formadas ou controladas "pelo grupo económico e financeiro em causa" (isto, por exemplo Arcádia, Moraes, Expresso, Credepe, Sociedade Nacional de Tipografia, etc.).

O objectivo será o de garantir as publicações do Partido, bem como de Clubes que se formarem em ligação com aquele.

Esta empresa também estaria ligada ao Partido.

O plano em causa prevê a formação de uma empresa de informação, telefónica, telegráfica e telex de noticiário internacional e sua distribuição aos meios portugueses de comunicação social.

A empresa, que estaria ligada ao Partido, deveria assegurar uma azeitpação da informação internacional para o Partido e clubes afins, e difundir no estrangeiro a actividade partidária.

A via adoptada seria a da participação na remodelação da ANI e LPI, em eventual colaboração com agências estrangeiras.

Alguns observadores políticos relacionam este plano com o adiamento da reunião da comissão encarregada de estudar o futuro da ANI, e com contactos recentes de figuras ligadas ao Partido com o sector do Ministério da Comunicação Social.

Os projectos para a Imprensa diária são longos e profundísimos, dando a entender a existência de íntimos laços entre a Aliança e grupos económicos proprietários de muitos desses jornais.

Designadamente, admite-se "a extinção de um e o aparecimento de outros em substituição, assim como a redistribuição da propriedade pelos diferentes grupos económicos e financeiros".

A Aliança prepara um matutino partidário e dois vespertinos — um em Lisboa e outro no Porto — "rotulados de independentes".

Os jornais diários sob seu controlo adquiririam e orientariam a Imprensa diária da Província, e uma outra rede cobriria a Imprensa não diária nacional.

Quanto à Imprensa não diária regional, um Gabinete da Informação, ao nível central de Partido, forneceria artigos de fundo e análise de temas e documentos que a alimentariam.

A vida económica destes órgãos de Imprensa seria assegurada pelo pagamento de assinaturas pelos interesses económicos da área.

A vida económica destes órgãos de Imprensa seria assegurada pelo pagamento de assinaturas pelos interesses económicos da área.

A garantia da composição e impressão exigiria para a Aliança a propriedade de uma tipografia distribuída com um a vários jornais da zona.

# Os planos da "Aliança"

Continuação da p. 1

## TV: 3.º Canal — Sim ou Não?

Tal como se fala há muito do interesse do CDS num 3.º canal televisivo, também a APPS ambiciona esse objectivo.

Se este fosse concedido, seria pedida a utilização do 2.º canal, para trmino de pessoal.

O 3.º canal deverá ser preferentemente a cores. Se este não fosse concedido, o partido aventa a hipótese de uma televisão pirata embarcada fora das águas territoriais "e com participação comercial e apoio político americano, assegurando a cobertura da Ibéria e do Magreb". Alguns círculos tinham já acentuado a atenção posta por sectores americanos nas actividades de formação do APPS, como meio de aglutinar os inúmeros partidos conservadores portugueses.

## Eximp

EXIMP seria a denominação de uma empresa de Exportação e Importação de Bens e Serviços de Financiamento a Projectos de Desenvolvimento Económico.

O objecto social declarado seria

actuação lata na problemática exp.-imp. e financiamento de projectos de desenvolvimento de grupos económicos.

Com localização em cidades e países, como Monte Carlo, Genebra e Luxemburgo, a sociedade seria formada por participação dos principais grupos económicos e financeiros e tendo associada uma ou mais empresas estrangeiras.

O objectivo efectivo desta Meia seria "assegurar através de transacções internacionais a chegada a Portugal de meios financeiros exteriores."

## Reacções

A revelação feita pelo EXPRESSO, no seu último número, do plano da Aliança provocou reacções em certos Partidos. Tal como o Partido Democrata-Cristão, o PSDI pela voz do seu dirigente Luís Amênia, mostrou-se discordante do tom da notícia e informou a ligação do Partido com a Aliança.

## Vicissitudes da Direita

A proibição do Partido

Nacionalista Português e a entrada policial na sua sede, deram origem à apreensão de "milhares de panfletos de propaganda e cartões do Partido Progresso, panfletos de propaganda da CDS e cartões de convite para o comício deste partido em Faro", segundo diz a "República".

Mais acrescenta, o mesmo diário, que "na data deste comício os ex-legionários do Partido Nacionalista, conforme documentos também apreendidos, fretaram camionetas para deslocarem a Faro".

Em curto espaço de tempo, o CDS é, assim, objecto de crítica editorial do "Avante", um documento do Movimento Socialista Popular, em comício do Partido Socialista, e agora aponta este elemento negativo, sustentando os observadores políticos que não põem de modo algum, em dúvida a natureza democrática do partido. O CDS enviou para a Imprensa um comunicado, tal como o Partido Progresso, desmentindo qualquer ligação com o Partido Nacionalista Português.

*Pres. Victor*

**Victor Crespo garante ao EXPRESSO:**

## “Não há razão para a população

LOURENÇO MARQUES (do seu enviado Augusto de Castro) — Quando se fizer a história da descolonização de Moçambique, a personalidade de Alto Comissário, almirante Victor Crespo, vai surgir como o homem-primeiro do processo que se está a desenvolver nestas paragens do Índico, processo de descolonização original em que “colonizador” e “colonizado” se dão as mãos para a construção de um país livre. De tal maneira que o primeiro ministro Joaquim Chissano, em conferência de imprensa a uma centena de jornalistas na sua maioria estrangeiros, não teve dúvida em dizer o povo português e as Forças Armadas entre os maiores e primeiros amigos do povo moçambicano.

As delegações estrangeiras que foram dos países de África para assistir à tomada de posse de um país em que participam ainda elementos portugueses, elementos portugueses e amigos, consideram como aliados, mas sim como aliados. O acordo de Lusaka apenas contém uma aplicação da confiança que se criou entre a FRELIMO e Portugal. A FRELIMO, com efeito, transferiu-se para Lourenço Marques com

grande parte do seu Comité Central e com cerca de mil soldados, baseada apenas no compromisso de honra, como me dizia Aquino de Bragança, homem dos movimentos de libertação, do combate das primeiras horas, movimentos que interpreta por dentro servindo-se da sua pena de jornalista. Aquino de Bragança ficará em Lourenço Marques a desempenhar papel importante como elo da cadeia da governação. Deuse compromisso de honra é garante o almirante Victor Crespo. Nele acredita e joga a FRELIMO, nele acredita o governo português para levar a cabo este processo original entre irmãos e amigos.

Pela conversa que tivemos com o almirante Victor Crespo vimos que o Alto Comissário sente esta responsabilidade que não enjulia. Antes a agarra com entusiasmo e foi com entusiasmo que nos falou do processo de descolonização de mãos entrelaçadas com a FRELIMO. Também com mágoa nos disse e pediu insistentemente que escrevêssemos que não há razão de espécie alguma para os europeus abandonarem Moçambique.

O almirante Victor Crespo recebeu-nos na quinta-feira e falou expresso durante um bom pedaço de tempo. O que se segue é o resultado dessa conversa cujos

pontos mais significativos recolhemos em gravado.

### Acordos de Lusaka

— Vim aqui a Moçambique, dinos o Alto Comissário por várias vezes, em várias fases depois de 25 de Abril. Vim numa fase inicial de dificuldade grande de um ponto de vista militar. Havia aqui uma inclinação política mas eu senti, que todas as pessoas realistas admitiam apenas uma solução. Esta passou-se acerca de dois meses. Era a solução que foi agora adoptada nos acordos de Lusaka.

— Todos esses agrupamentos políticos ou pseudo agrupamentos políticos foram coroados por mim, um por um, e verifiquei a incoerência da sua argumentação. FICOS, Federalistas, etc., que na altura já não se chamavam federalistas por a ideia de federação haver sido completamente ultrapassada. Realmente isso eram grupos de meia dúzia de indivíduos. Nessa altura já as pessoas viam que a única solução realista era o acordo com a FRELIMO que garantisse uma estabilidade social e política para o futuro de Moçambique. Uma estrutura multi-partidária não se lhes adaptava, primeiro porque as



## abandonar Moçambique”

sociedades não são evolutivas, são politicamente pouco esclarecidas. O fundamental em África é arranjar um governo que permita estabilidade social e que por outro lado seja garante do progresso do povo onde se instala. Esta era a opinião da grande maioria das pessoas com quem falei. No sector militar esta opinião era a mesma. Os militares com quem falei, que dominavam todo o estado e que tinham contacto com as mais diversas camadas da população, também eram da opinião que não havia outra solução.”

### Frelimo: a única via realista

“A FRELIMO estava implantada em Moçambique pelo menos de uma maneira emotiva. Porque a implantação de um partido político aqui em África é assim. As pessoas aceitavam-na como qualquer coisa que ligavam a independência. Os africanos e maior parte dos europeus de cá tinham a vontade de cá independência. Como única força política que representava essa independência viam a FRELIMO. As pessoas, pelo menos a maior parte, a ela aderiam como símbolo. As Forças Armadas quando se

verificava a agitação social tentavam travá-la mas verificavam que essa mesma agitação social era muitas vezes um apoio à própria FRELIMO”.

“Eu levei, continua o almirante Victor Crespo, para Lisboa esta ideia. Lisboa não a definiu, porém, com clareza, em virtude da situação ali existente. Por outro lado, houve dificuldades nos contactos secretos com a FRELIMO, cuja posição era bem clara: que ela era o único ou principal representante do povo moçambicano. Só aceitava negociar na base de transferência de poderes para si, competindo à FRELIMO ou ao partido maioritário que dela resultam ( a FRELIMO é uma frente) conduzir a política de Moçambique.”

EXPRESSO — Como se enquadraram ou acontecimentos que se abateram sobre Lourenço Marques, na linha das considerações que acaba de fazer?

ALTO COMISSARIO — “Isto foi muito importante para perceber este fenómeno, aqui, em Moçambique”.

“Nesta fase de contacto secreto — continua Victor Crespo — nesta fase de indifinição política, certas pessoas ligadas a interesses, ou exaltadas de um ponto de vista patrioteiro (isto lhe chamo pa-

triotismo), não viam quais eram os interesses de Portugal e de Moçambique. Conseguiram a organizar forças e tiveram tempo para o fazer. Tiveram tempo. O nosso espírito de democracia de 25 de Abril em Portugal foi também aqui permitido. Sem ver que aquela abertura democrática e específica não podia aqui ser aplicada da mesma maneira. Quando cá vim (vim apenas como consultor e não podia decidir), vi que o que aqui se estava a gerar era qualquer coisa de muito perigoso socialmente. Porque se em Portugal não podemos aceitar perfeitamente e aceitamos por estarmos convencidos que é a via correcta o pluripartidarismo, uma abertura liberal no sentido de as forças se organizarem e se definirem politicamente, transportado para Moçambique era social e politicamente errado. Foi o que eu senti na altura. Deviam de imediato essas forças que se revelassem reacionárias e que pretendessem pela força impor uma vontade que não fosse uma vontade geral serem combatidas. Essa vontade só podia conduzir ao caos social e a um banho de sangue. Mas isso não se fez. O liberalismo campeou em África como nunca tinha campeado. Faziam-se greves perfeitamente desordenadas. Eu nem lhes chamo greves selvagens.

Continúa pag. 3

# Victor Crespo

## “O Rádio Clube de Moçambique devia ter sido ocupado imediatamente”

Continuação da p. 1

porque essas já têm uma conotação política. Um estúdio que ganhava 1500000 passava a ganhar nove contos.

“Não devo dizer que um estúdio não deva ganhar nove contos mas o que é facto é que há pessoas na zona que não têm trinta escudos por mês, sendo indivíduos com a mesma preparação e pertencendo à mesma classe social.

“É mais grave desta fase é que trouxe às pessoas uma sensação de angústia, de indefinição, de expectativa, de receio pelo futuro de Moçambique, de insegurança pessoal, isso sobretudo nas camadas brancas. Refiro-me a estas portugueses a falar para um jornal de Lisboa, pois podia também mencionar camadas negras que gozam de um certo bem estar, constituindo um tipo de burguesia que vive sobretudo na cintura da cidade. Criou-se em clima de ansiedade que deu origem a... Após a tomada do Rádio Clube essa ansiedade dirigiu as massas que se concentraram, procurando levantá-las contra o acordo de Lusaka. Por outro lado, falava-se na adesão das Forças Armadas e de certos sectores políticos de Lisboa. Assim, dentro da população branca de Lourenço Marques anda à toa de 30 mil europeus, pode fazer-se uma ideia dizendo que ficam cerca de 10 mil os que voltam para a sua...”

“Foi para a rua — continua Victor Crespo — para praticarem certos actos muito habitualmente explorados pelos interesses que orientavam a manifestação. Para isso queriam certas zonas a fim de impedirem que a tropa entrasse e para provocar nos próprios soldados uma não vontade de actuação. Evidentemente que a qualquer soldado custa muito dar uma conchulada a uma criança ou a uma mulher que está a cantar o hino nacional. Serviram-se ainda por cima de bandeiras, hino nacional, 25 de Abril, liberdade, Grandola, qualquer coisa que calava muito fundo no soldado...”

“Por tudo isto habilitamente montado. Começaram realmente criar nos próprios soldados não digo um clima de alívio, porque esse nunca existiu nos comandados foram sempre suficientemente ferozes para perceberem de que lado estava a razão. No entanto, houve di-

ficuldade em fazer compreender aos soldados mais facilmente emocionáveis por certas atitudes que era preferível uma acção sobera, decidida e enérgica, de ocupar imediatamente o Rádio Clube que ficar na expectativa. Não vale a pena estar a ver agora se se podia ou não podia ter imediatamente ocupado o Rádio Clube. Pessoalmente entendo que de imediato se devia ter ocupado. Tenho a certeza que uma acção firme da tropa, disciplinada, tinha permitido ocupar o Rádio Clube sem ser necessário...”

“...há em ninguém. A ocupação pelos reaccionários durou três dias que escitaram assim...”

### Matar pretos sem motivo

“É preciso não esquecer que aqui, em Lourenço Marques, há

muitos homens que fizeram um serviço militar duro e que ainda conservam uma certa psicologia de guerra. Os agitadores aproveitaram muitos desses rapazes, que são poucas dezenas. Não quero atribuir um número mas não devem ser mais de 50. Estes sim, juntamente com os responsáveis, detam tiros e provocaram mortes em todo, são os números oficiais que quase com certeza, são os números reais. Neste número há 14 europeus...”

“Das provocações de mortes apenas uns dez devem estar cá. Muitos deles já fugiram. Foi dito isto, muito francamente para a metrópole, porque é verdade, se se vai lá à caça aos ardeiros com uma escopetada e se se matam pretos, porque são pretos, só para provocar agitação, originam-se bastantes mortes mesmo com poucos indivíduos...”

“Eu sei mesmo concretamente que, há pouco tempo, foram vários pol soldados e depois apanhados e presos homens que andavam a atirar sobre pessoas sem as conhecerem. Pega-se numa escopetada, vai-se para a zona dos subúrbios e mata-se sem haver uma razão plausível. Isto provocou reacção da parte dos negros. Ainda era esse o grande objectivo e daí as depreciações...”

“Entre os negros quando se sentam os amigos e os familiares mortos, mas mortos injustamente, sei lá, como quem mata um cão, porque uma vida revolta. Por exemplo, na Avenida do Trabalho,

fizeram crimes de lesa economia moçambicana. Há destruições de muitas dezenas de milhares de contos.”

### Medidas enérgicas

“Esta agitação foi dominada com uma energia militar muito grande, num fenómeno social destes que vai crescendo, em bola de neve, entendo que é fundamental correr-se o risco de ser-se enérgico de mais, numa fase inicial, para depois estar conseqüências futuras. Há que travar o processo. E aqui em Lourenço Marques o processo foi travado. E se digo isto é porque a população em Portugal tem o direito de saber o que se passa aqui e muito concretamente...”

### Expectativa e insegurança geram pânico

“É importante perceber — continua o almirante Victor Crespo — que tal expectativa emocional deu origem a medo. Esse pequeno grupo não devia, até porque detectar as suas ramificações, tem sido impossível. Esse grupo não se limitou a qualquer acção de agitação social que foi prontamente hominizada, com uma ou outra excepção sem significado...”

EXPRESSION — Correm, no entanto, vazos que tal gente continua a organizar-se. Há três semanas se anunciou pessoas, três semanas que se reúnem...”

ALTO COMISSARIO — “A tática agora, porque pensaram a batalha, e porque os principais responsáveis saíram ou foram apanhados não gostaria de misturar os que o foram e associar as duas coisas. Se alguém recebe um telefonema anónimo a ameaça-lo de morte, é natural que sinta receio. E fazem-no selectivamente e contra pacíficos cidadãos; contra médicos, contra professores, contra engenheiros, contra indivíduos que se sabem serem importantes na vida da sociedade. Agora já são actos de desrespeito...”

“Quem pode ganhar com isto?” Portugal respeitará inequivocamente os acordos de Lusaka. É uma questão que não admite sombra de dúvida. O Governo português ao aceitar um acordo público,

ternacionalmente reconhecido e ao publicá-lo no "Diário do Governo" homologado pelo Presidente da República, não arrolará um ápice do seu cumprimento. Ninguém pode ter a mínima dúvida.

"Nesta base pergunto eu, sem discutir a ideologia ou o realismo desse sector, quem ganha com essa agitação? Ninguém. Só poderei conduzir à desorganização social. Poderá acarretar prejuízos indíferos para Moçambique. E prejuízos imensos para Portugal. Se as populações brancas se não organizarem por forma a poderem viver aqui em Moçambique, entrosadas com as populações africanas, terão que sair o que é um tremendo prejuízo. Um atraso de muitas dezenas de anos.

"Esse atraso é para Moçambique nefasto e altamente prejudicial para Portugal. Nem vale a pena desenvolver o tema. São cerca de cento e setenta mil pessoas que saem de Moçambique e que entram em Portugal."

### Estabilidade racial

"Moçambique tem possibilidades, a FRELIMO reconhece-as, de haver uma estabilidade social e uma estabilidade racial. Toda a gente que é sensata e conhece bem Moçambique, a FRELIMO e o Governo Português, sabe que é possível, perfeitamente possível, e conveniente para as duas partes, haver a permanência da maioria da população branca que aqui trabalha.

"Isso que se está a verificar agora é apenas provocado por estes irresponsáveis que não de ser combatidos.

"Gostava de intercaler aqui uma palavra de fé: as acções que vão ser empreendidas para dominar essa situação que já é de agitação psicológica e não de agitação social, vão permitir à sociedade moçambicana não digo viver na multiracialidade mas na antirracionalidade, tendo sempre presente que esta é uma nação africana com nove milhões de africanos e cerca de cento e setenta mil europeus. Mas é nação africana em que os brancos podem trabalhar e continuar as suas vidas. Muitos aqui nasceram e aqui têm os seus interesses. É a esta sociedade que pertencem. Esta aposta no futuro não foi uma aposta no ar — foi uma aposta depois de observar as realidades muito concretas que existiam em Mo-

çambique. Nem a FRELIMO pensa de outra forma, nem o Governo português admitiria a situação se não viesse possibilidade muito real, muito concreta deste acordo.

### Aos moçambicanos em Portugal

"Gostava de fazer saber à população portuguesa, especialmente aos moçambicanos que estão em Portugal — continua o almirante Viktor Crespo — que o fenómeno de abandono que se está a verificar é perfeitamente irracional. Muitas das pessoas que tinham fácil colocação fora de Moçambique abandonaram Moçambique. Estou a referir-me especialmente aos profensores, médicos, engenheiros, de uma forma geral aos licenciados, indivíduos com cursos médios que naturalmente têm mais facilidade de se colocar lá ou noutra parte do mundo e que muito egoisticamente saíram de Moçambique. Mas não foi só egoisticamente, é que saíram sem fundamento, pois tem condições aqui provavelmente para ter uma vida mais cómoda, mais de acordo com os seus desejos do que na metrópole ou noutra parte qualquer do mundo. Há boas condições de vida em Moçambique para essas pessoas. O que houve aqui foi um clima de medo que provocou decisões não racionais. Se essas pessoas tivessem pensado maduramente não seriam as vantagens em Moçambique, isto é, racionalmente, sem emoções, teriam continuado aqui".

### Medo injustificado

"A própria FRELIMO explicou, chegou, e após conversas comigo, encetou uma acção de pedir às pessoas que fiquem, esclarecendo-as sobre as suas intenções. Já fez isto junto de alguns médicos, vai fazer isto junto da universidade, etc."

"É curioso que ao ler as palavras de um consideário político da FRELIMO num jornal de Lourenço Marques, já depois de eu estar aqui, apenas que aquelas palavras poderiam ter sido escritas por mim. É que não havia a mínima divergência de opinião relativamente às questões propostas. Já tenho perguntado, por exemplo, a médicos, porque querem

abandonar o território quando outros colegas ficam e só encontro razões emocionais ou de medo, mas de medo injustificado. Porque a tropa portuguesa que aqui está garante completamente a segurança. Nós agora temos cá 25 mil soldados. Acresce a isto a que a FRELIMO dá todos as garantias de que está completamente disposta a proteger tanto as populações africanas como europeias."

EXPRESSO — A tropa ainda vai ficar em Moçambique por algum tempo depois da independência?

ALTO COMISSÁRIO — "Não. Depois da independência não está previsto que a tropa portuguesa fique em Moçambique. Mas dado o realismo da FRELIMO creio que é firmemente possível chegar à independência com um clima normal de estabilidade social. É muito natural que fiquem agentes brancos ao serviço da Polícia do Estado de Moçambique."

EXPRESSO — Certamente poderão ficar todos os que quiserem.

ALTO COMISSÁRIO — "Evidentemente. Não se quer aqui uma multiracialidade de que falava (falava o regime anterior. Quer-se uma antirracionalidade. Assim, nada impede que homens de origem europeia ocupem altos postos nas Forças Armadas."

"A FRELIMO não considera um branco, um homem diferente de um preto na sua qualidade de cidadão.

"Não quero esconder um aspecto que para alguns europeus pode ser preocupante. Um exemplo bem característico é o dos Caminhos de Ferro. Há um indivíduo que é chefe de um grupo, não por ser o mais competente ou o mais habilitado, mas por ser branco. Necessariamente situações destas vão acabar. Acabar o privilégio da cor. Se a situação não lhes convém, têm que se ir embora. No entanto, o melhor que têm a fazer é integrarem-se nas sociedades a que pertencem. A maioria dos quadros nos três países que não regalias sociais que têm agora porque a própria nação moçambicana não interessa, para não ter um atraso de dezenas de anos.

"Por outro lado, se recrutarem quadros nos três países que não Portugal, esses quadros, para além da dificuldade da língua, ficarão muito mais caros (veja o caso dos médicos do Congo que ganhavam 50 contos por mês. Se tirarem aqui a sua clínica privada, essa clínica será mantida desde que alimentada por quem tiver condições económicas, por um Estado não lhes vai pagar 50 contos, no caso de serem de cá".

### Modificação das estruturas

— Não se espera uma modificação inicial de estruturas violentíssima — acrescenta o almirante Victor Crespo — Tal modificação teria profundos reflexos sociais e a FRELIMO não pretende transformações de forma rápida e profunda para não acabarem em convulsões que sirvam a originar instabilidade e fuga de quadros.

### Controlo à Informação

EXPRESSO — Um dos primeiros actos do Alto Comissariado de Victor Crespo foi impor o controlo prévio aos órgãos de informação. Poderá explicar-nos o critério que presidiu a tal medida, bem como a amplitude da sua duração?

ALTO COMISSARIO — “Entendi que a informação é decisiva num processo de agitação social e por isso em vez de tomar medidas de absoluta austeridade sobre as pessoas, julguei que era preferível aplicá-las à informação. Por isso é que instituí o sistema de censura prévia justificada pelo clima que até exigiria medidas mais severas.

Esta censura durará enquanto persistir o clima de agitação social que aqui mostraram na última semana.

### Comandante para duas forças?

EXPRESSO — O almirante Victor Crespo foi nomeado comandante em chefe das Forças Armadas. No entanto estas integram hoje unidades portuguesas e unidades do Exército Popular de Libertação da FRELIMO. Tal comando abrange as duas forças?

ALTO COMISSARIO — “Há que distinguir duas situações: se a situação for considerada normal e neste momento já assim o considero, o meu comando exerce-se sobre todas as Forças Armadas portuguesas e sobre as polícias. As forças armadas da FRELIMO dependem do primeiro-ministro;

em caso de grave subversão da ordem pública o Alto-Comissário de Moçambique assume o comando de todas as Forças Armadas portuguesas, polícias e Forças Armadas da FRELIMO, ouvindo neste caso o primeiro-ministro”.

EXPRESSO — O que revela uma total confiança da FRELIMO na pessoa do Alto-Comissário e nos compromissos assumidos pelo Governo Português.

ALTO COMISSARIO — “Certo”.

### Autonomia do G. provisório

EXPRESSO — O Governo Transitório tem autonomia para planificar a longa prazo os seus planos? Não pode ultrapassar o 25 de Junho?

ALTO COMISSARIO — “Naturalmente que não se poderia encetar já reformas estruturais que prejudicam o normal andamento da vida do Estado. Pretende-se que as reformas estruturais se processem com lentidão e firmeza convenientes para não provocar alterações nefastas”.

### Economia caótica

EXPRESSO — Admite-se que a economia de Moçambique está a beira do caos...

ALTO COMISSARIO — “Talvez seja mais preciso dizer que a economia de Moçambique resume-se a quatro ou cinco aspectos que passam a enumerar: prestação de serviços, os seja portos e caminhos de ferro (tracção principal), algodão, açúcar, café e umas outras culturas tais como sisal, palma, amendoeira, etc. Aceitamos que se abram certos aspectos básicos que referi ter perturbado de maneira considerável. Houve ligeiras perturbações em certas indústrias cuja importância é poucoíssima no contexto da economia global do país.

“A visão de alguns sectores europeus é que é contrária. Houve uma recessão no sector da indústria e em algumas fabricquetas, por virtude da agitação social, mas contra a indústria é insignificante nesta nossa economia, viram a merce pelo moçoqu”.

EXPRESSO — Insignificante nesta altura. Num futuro próximo Moçambique pode ser um grande país industrial.

ALTO COMISSARIO — “Não creio que seja essa a via do desenvolvimento da economia de Moçambique. Esta é uma visão apenas minha já que o problema compete à FRELIMO resolvê-lo. Para mim a economia de Moçambique vai desenvolver-se à base da agricultura. Não é que Moçambique não tenha grande vocação industrial. Possui matérias primas: energia, carvão, ferro, alumínio, urânio, ouro, petróleo na costa (foi anunciado). Tem por isso todas as condições para se transformar num país industrial. Temos porém de atender bem às necessidades. A FRELIMO não pretende que o país seja neo-colonizado. Ora o desenvolvimento industrial muito rápido provoca grandes vinda de capital e de tecnologia dos países mais desenvolvidos do mundo, das maiores perdas e fuga de quadros que tal introduzimento acarretaria.”

### **Professores universitários**

A última página que O **EX-PRESSO** fez ao alarismo Victor Crespo referiu-se aos funcionários públicos. Foi nos garantido pelo Alto-Comissário que os seus direitos serão inteiramente salvaguardados em todas as circunstâncias.

E quanto à Universidade, não há um do desenvolvimento de qualquer nação, refere-se a Victor Crespo.

Conversas já todos levantaram a dizer que a FRELIMO não quer, em todo o momento este problema estando disposta a pagar-lhes bem e a permitir os a regresses a transferência do dinheiro. Estes aspectos são muito importantes, como pode calcular. Dirigentes da FRELIMO já empreenderam já contactos com os meios académicos daqui no sentido de lhes mostrar esta abertura. Uma Universidade é elemento indispensável de primeira ordem e um professor universitário é bem pago em qualquer parte do mundo.

Expresso

74-09-21 R 19

Antunes, Melo

**Major Melo Antunes ao EXPRESSO:**

# O M. F. A. DEVE SER CADA VEZ MAIS CONSIDERADO COMO AS FORÇAS ARMADAS

MOÇAMBIQUE está na ordem do dia. Ou melhor, a descolonização portuguesa está na ordem do dia. O Major Melo Antunes, Ministro sem pasta do Governo Provisório e membro destacado da Comissão Coordenadora do MFA, foi um dos principais responsáveis, do lado português, pelas negociações e pelo Acordo de Lusaka. Parece pois natural que o EXPRESSO tenha querido ouvir o seu depoimento sobre as questões mais importantes do processo de descolonização em curso. Precisamente no momento em que o Major Melo Antunes se encontra em visita oficial a Moçambique, na altura em que toma posse o novo Governo Provisório Moçambicano.

M.R.S.

## A descolonização não está a ser demasiado acelerada

**EXPRESSO** — Na sua opinião, como está a decorrer, em geral, o processo de descolonização? Esperava mais ou menos dificuldades?

**Majors Melo Antunes** — Bem, eu julgo que o processo de descolonização está a correr em ritmo útil, de certa maneira, se poderia considerar previsto desde o 25 de Abril. Não penso que ele esteja a decorrer a um ritmo demasiado acelerado. Penso que efectivamente, corresponde à situação histórica criada a partir do 25 de Abril e que são os dois territórios onde até agora teve uma incidência maior — Guiné e Moçambique — aqueles em que se esperava que isso viesse a acontecer.

Na Guiné, porque existia praticamente já de facto um Estado reconhecido por dezenas de países, como se sabe.

Em Moçambique, porque a situação política e a situação militar não de tal ordem que se tornava evidente que o processo de descolonização deveria seguir um curso relativamente rápido, como veio a suceder.

No que respeita aos outros territórios, nomeadamente Angola, o problema põe-se de uma forma um tanto diversa, visto que em Angola a distribuição das forças políticas é diferente da dos outros territórios, o peso específico dos diversos blocos determina uma situação completamente diferente da de Moçambique. E estou em crer que as soluções que iremos encontrar para Angola serão diferentes daquelas que foram encontradas para a Guiné e Moçambique.

Quanto aos outros territórios, pois existem situações também diferentes. Cada caso terá de ser estudado com todo o cuidado. Mas estou confiante em que se encontrarão, a breve prazo, as soluções mais convenientes para cada um desses territórios.

## Dar-es-Salam: primeiro passo

**EXP.** — Falou-se muito em que, sem das negociações de Lusaka em que participou, teria havido outras conversações, em que também teria participado. Pode-nos, agora, revelar a data, o local e o objectivo fundamental dessas conversações?

**M.A.** — As conversações preliminares a que se refere referiram-se em Dar-es-Salam, durante o mês de Agosto. Foram contactos estabelecidos com a direcção central da FRELIMO, e tiveram como objectivo fundamental o de estabelecer as condições em que se efectuariam a transferência de poderes, ou seja, estabelecer-se negociações que facilitassem o acordo formal a celebrar em Lusaka, entre 5 e 7 de Setembro.

Trouxe-se, digamos, de desbravar o caminho que conduziu a um acordo rápido quando formalmente as delegações dos respectivos países se reuniram.

Sempre defendi a ideia de que tais conversações deviam ter um carácter reservado porque, quanto a mim, só assim se poderia criar um clima favorável a uma maior compreensão, não surgia, portanto, a especulação e a sensacionalismo, o que veio, de facto, a acontecer. Decretaram-se algumas restrições, em que os representantes de ambas as partes encontraram os pontos de contacto que os levaram a formular um acordo que me parece equilibrado e justo.

**EXP.** — Em Lusaka parece não se ter havido uma clara convergência das duas delegações. Terá, subentendido, contudo algum problema particular, de pormenor, de detalhe?

**M.A.** — Não houve grandes problemas. Como já disse, em Dar-es-Salam estavam estabelecidas as grandes linhas de fundo, e até os pequenos acordos se encontraram relativamente deflexivos. Portanto, não surgiram grandes problemas de última hora, e apenas houve que lidar um certo número de pontos que ainda não estavam perfeitamente esclarecidos.

Necessariamente, isto verteu-se quanto ao acordo de cessar fogo que constitui um protocolo anexo ao movimento fundamental. Mas, evidentemente, ao fim de poucas horas, se chegou à conclusão positiva.

## Divergências entre Portugal e a Frelimo

**EXP.** — Sobre as negociações de Lusaka, e sobretudo o acordo, durante algum tempo correu que teria havido divergências quanto à percentagem de membros da FRELIMO no Governo de transição em Moçambique.

Por outro lado, gostaria de perguntar se quanto à data de independência se colocaram os não outras alternativas, para além da que veio a ser aceite por ambas as partes?

**M.A.** — Efectivamente, houve diferentes pontos de vista que foram trocados entre nós e a FRELIMO quanto à percentagem de membros a incluir neste Governo de transição.

O ponto de vista do Governo português era, inicialmente, o de uma representação paritária. No entanto, a FRELIMO defendeu como vigor o ponto de vista, de que, se nós estivamos, efectivamente, dispostos a descolonizar e a transferir os poderes para um representante legítimo do Povo moçambicano em armas, então essa transferência de poderes deveria claramente aparecer neste Governo de transição.

Tinha-se de dar provas evidentes perante a comunidade internacional e o próprio Povo moçambicano, de que a independência era irrevogável e que os poderes iam ser passados para quem representava a esmagadora maioria do povo moçambicano.

Portanto, acabou por se reconhecer que essa posição era razoável, concluindo-se pela sua acção.

Quanto à data da independência, inicialmente, a FRELIMO pretendia uma data mais breve. No entanto, o ponto de vista do Governo Português acabou por prevalecer nesse aspecto, ao fazer ver aos representantes da FRELIMO que o passo devido era demasiado curto para que se processasse essa transferência de uma forma tranquila, pacífica, harmoniosa.

De uma forma que ajudasse os responsáveis políticos da FRELIMO no futuro a assegurarem a administração do território sem grandes problemas.

Assim se chegou a uma data que nos pareceu mais realista.

**EXP.** — O senhor Major fez no momento da assinatura do acordo de Lusaka um breve discurso, depois de Sámorea Machel. Pode-se saber, em linhas gerais, o que disse?



M. A.: A FRELIMO é capaz de dirigir os destinos de Moçambique



M. A.: Democracia em Portugal exige resolução do problema colonial



## Discurso em Lusaka

M. A. — É possível, de facto, saber em linhas gerais, o que disse. O discurso, de resto, a pedido do Presidente Kaunda, há-de ser publicado, juntamente com os outros discursos proferidos nessa cerimónia. É a primeira vez que a imprensa portuguesa mostra algum interesse por este discurso. Não me compete julgar, claro está, do interesse que ele possa vir a ter.

O que posso dizer é que nele chamei fundamentalmente a atenção para a importância do fenómeno da independência de povos em África, sob uma expressão portuguesa.

Chamei a atenção para o facto de a independência ser indissociável da unidade territorial de Moçambique. Foi em destaque o aspecto que considero essencial da cooperação futura entre Portugal e Moçambique, nomeadamente a cooperação no domínio cultural, que considero condição prévia para outras formas de cooperação.

Chamei, também, e em especial, a atenção para o facto de nós estarmos no ponto de partida para novos tipos de sociedade em África, que têm altas possibilidades de representarem algo de novo na concepção do homem africano. Sociedades africanas que possam vir a ter uma influência muito grande no equilíbrio de todo o continente africano e até na procura de novas formas de equilíbrio entre a África e a Europa, por um lado, e entre o Terceiro Mundo, o mundo dos subdesenvolvidos e os pobres e o mundo das sociedades altamente desenvolvidas, altamente industrializadas.

Parece-me que Portugal poderá vir a ter um papel muito particular nesta articulação de relações entre os países desenvolvidos da Europa e os países pobres da África, e de um modo geral, do Terceiro Mundo.

Isso, porque penso que toda a nossa história, a nossa cultura, a nossa posição geográfica nos colocam numa situação muito particular para esse efeito. Penso, na verdade que, a senão da nossa história, é de termos muito mais a vocação de país voltado para o Terceiro Mundo do que de país voltado para o mundo do desenvolvimento.

No entanto, devo acrescentar que

todo o meu discurso foi feito num sentido de que eu não pretendia dar conselhos paternalistas à FRELIMO. Foi um certo número

de considerações sobre o que me parecia que viriam a ser as relações entre Portugal e Moçambique, sem qualquer laivo de paternalismo.

## Ingenuidade política

EXP. — À luz do que fica dito, como é que se os acontecimentos ocorridos em Moçambique?

M. A. — Devo dizer que, até certo ponto, fui apanhado de surpresa por estes acontecimentos. Suponho que quase todos nós fomos apanhados de surpresa, o que é uma ingenuidade política da nossa parte, porque, efectivamente, era de prever que as minorias extremistas e racistas brancas de Moçambique não desarmassem tão facilmente. Considero, portanto, que fomos apanhados um pouco desprevenidos, por ingenuidade política da nossa parte, o que é lamentável. Mas, estamos todos a aprender. Esses elementos extremistas, que jamais tiveram qualquer preocupação com modelos democráticos de sociedade, invocam agora a democracia para poderem ser ouvidos, o que é pelo menos estranho.

O que se passa na realidade é que essas minorias não podem abdicar dos privilégios de que sempre gozaram em Moçambique.

Foram os principais beneficiários de uma situação colonial que se caracterizava por uma exploração do homem africano, que nós não podemos admitir no futuro, e que a nova nação moçambicana independente também não poderá, de forma alguma, admitir. E eles sabem-no. E, apesar de saberem no fundo que o fenómeno em curso é irreversível, tentaram desesperadamente uma inversão da situação.

Estou convencido de que se trata de uma minoria, violenta, racista, disposta, de facto, a tentar sabotar o processo de descolonização em curso, e que não tem os apoios que

ela própria inove. Poderá haver uma comédia da população branca que está extremamente intoxicada com dezenas de anos de propaganda fascista e colonial, que é arrastada, por emoção, pelas palavras de ordem dessas extremistas. Mas estou convencido de que dominado o presente foco de rebelião, essas mesmas camadas brancas acabadas por acertar, sem sensatez, a nova situação criada, tanto mais que, como tem sido repetido muitas vezes, não está em causa a sua permanência futura em Moçambique.

A FRELIMO, tem assegurado de diversas maneiras, designadamente de uma forma explícita nos Acordos de Lusaka, que as suas vidas, os seus bens e as suas actividades serão garantidas desde que se integrem no novo estatuto político de Moçambique.

EXP. — É já possível, apesar de curta distância, que nos separe no tempo aqueles acontecimentos, identificar esses grupos?

M. A. — Nós aqui temos uma certa dificuldade, a esta distância, em identificar os grupos. No entanto, sabemos que estão ligados homens de um agrupamento político que era conhecido pela sigla de FICO. Outros agrupamentos envolvidos são os que estavam ligados a dirigentes africanos como Joana Simeló, Uria Simango, Kavandane, etc., grupos oportunistas, grupos fanáticos que apareceram após o 25 de Abril.

Mas só as autoridades em Moçambique poderão saber concretamente de quem se trata e o futuro que os espera.

## “Não vamos repetir o erro”

EXP. — O Senhor Major pensa que esses grupos terão algumas ligações com grupos fascistas ou reacionários aqui?

M. A. — É uma hipótese que devemos admitir, e uma hipótese que devemos admitir com bastante realismo, porque, como disse há pouco, nós fomos vítimas de uma certa ingenuidade política em Moçambique. Não vamos agora repetir o erro, e pensar que estas acções são isoladas, que não estão inseridas num contexto mais vasto porque sabemos perfeitamente que os interesses coloniais estiveram, desde sempre, ligados a interesses na própria metrópole.

Portanto, é de admitir a hipótese de que haja grupos de extrema-direita, em Portugal, interessados nesta agitação em Moçambique,

sobretudo porque sabem das repercussões que uma agitação dessas pode ter em Portugal, dos entraves que pode oferecer ao processo de democratização em curso.

EXP. — Como interpreta a posição da África do Sul e da Rodésia sobre o caso de Lourenço Marques?

M. A. — Penso que tanto a África do Sul como a Rodésia estão interessadas na África Austral, mas não estão na África Austral.

Por isso mesmo são-lhes mais favoráveis governos estáveis regidos em Moçambique do que nos outros territórios, que rodeiam esses países (como é o caso da Zâmbia ou da Tanzânia), do que governos brancos onde exista uma grande agitação política e social.

É-lhes mais favorável, não só de um ponto de vista político, como também de um ponto de vista económico e social.

Por isso considero que as declarações de responsabilidade e dirigentes da África do Sul e da Rodésia são bastante realistas, e correspondem a uma situação que objectivamente temos de admitir venha a ser criada em África dentro de pouco tempo.

EXP. — Pensa portanto que se manterão essas posições relativamente ao futuro?

M. A. — Julgo que sim. Não há razão para pensar que a África do Sul venha a ter outra posição relativamente ao futuro listado de Moçambique, diferente daquela que tem presentemente.

## Frelimo maturidade política

EXP. — E que pensa da posição, que durante todos estes acontecimentos foi de grande seriedade, da FRELIMOT?

M.A. — Eu acho que a FRELIMO deu mais uma vez, uma prova da sua maturidade política, e dignidade dos seus dirigentes ao tentar e obter, em grande medida, conter as paixões que se poderiam desencadear por parte das populações negras que envolvem Lourenço Marques. De facto, a FRELIMO revêiu com esta atitude que é um agrupamento político capaz de dirigir os destinos de Moçambique no futuro.

EXP. — Chegou-se a falar insistentemente no seu nome para Alto Comissário em Moçambique. É possível saber-se se chegou a ser convidado? Se foi, porque é que não aceitou?

M.A. — O meu nome chegou de facto a ser indicado. Foi uma hipótese que se pôs a nível das instâncias políticas que têm a responsabilidade destas nomeações. No entanto, acabou por se adoptar uma outra solução porque se veio a entender depois que a minha presença no Governo era neste momento mais necessária do que a minha presença em Moçambique, embora se reconhecesse que o processo de evolução em Moçambique era de tal maneira importante que exigia um homem com determinadas características. Acabou por se escolher o comandante Crespo por se reconhecer que o comandante Crespo correspondia mais às características que se esperavam da personalidade que iria para o lugar de Alto Comissário.

EXP. — Já se sabem quem são os três membros do Governo de Moçambique escolhidos por Portugal?

M.A. — Ainda não se sabe. Aliás, é uma tarefa que incumbe directamente ao Alto Comissário. Como calcula estes dias foram ocupados com problemas concretos de tal maneira importantes que esse problema não foi tratado em pormenor. É o comandante Crespo que os há-de escolher.

## Aliança povo- -Forças Armadas

EXP. — Vários sectores da opinião pública portuguesa pensam que é um ponto fundamental a união das Forças Armadas em torno do Governo Provisório, designadamente quanto ao problema da descolonização, sobretudo em função de futuros incidentes parecidos com os de Lourenço Marques. Sobre isto o que pensa senhor major?

M.A. — Eu penso que efectivamente, todo este curso de acontecimentos posterior ao 25 de Abril, e todo este caminho a que temos assistido de um cada vez maior dinamismo da vida democrática em Portugal implica necessariamente a continuação e o reforço da unidade entre as Forças Armadas e o povo português. Essa é para mim a condição fundamental para o prosseguimento do processo de democratização do país. Se o povo português, nomeadamente as camadas trabalhadoras deixassem de confiar nas Forças Armadas, estou convencido de que este processo estaria votado ao fracasso. Há, portanto, necessidade de por um lado (e isto tenho salientado sempre) obter tanto quanto possível a unidade das próprias forças populares e, por outro lado, fazer com que a unidade das forças populares com as Forças Armadas jamais seja quebrada por questões de pormenor.

É preciso distinguir, em cada momento, sempre, aquilo que me parece fundamental, que é o atingir os objectivos que nos propomos no Programa do M.F.A. ou seja a institucionalização da democracia política em Portugal. Esse é o objectivo fundamental e é esta relação a esse objectivo que se deve soldar esta aliança a que me refiro: Forças Armadas-Povo Português. Durante este percurso, que sei ainda ser um percurso cheio de dificuldades, extremamente complexo, vão surgir contradições por vezes graves, mas os elementos mais conscientes das formulações democráticas devem ter em atenção que os obstáculos passageiros devem ser rapidamente superados para que se não quebre a aliança em relação ao objectivo fundamental.

Relativamente ao processo de descolonização, esta aliança é também indispensável, porque eu tenho sempre pensado e sempre defendido que a descolonização é uma condição -dize que não- da democratização. Não penso realizável em Portugal uma democracia sem que tenhamos resolvido ou estejamos em vias de resolver o problema colonial. Efectivamente, não é concebível a liberdade em sentido lato e a institucionalização das liberdades em Portugal, enquanto nós formos potência colonial. Nessa medida, aquela aliança é condição para que o processo de descolonização avance e mais é, quanto a mim, a condição primeira para que o processo de democratização se consolide.

## M.F.A. continua atento

EXP. — Durante os acontecimentos de Lourenço Marques, o M.F.A. divulgou um comunicado, suspendendo um período de aparente silêncio perante a opinião pública portuguesa. Qual o significado que atribui a esse comunicado?

M.A. — Com esse comunicado, o Movimento das Forças Armadas quis claramente mostrar à Nação que continuava atento, vigilante, disposto a tomar todas as precauções que fossem necessárias para avançar com o processo curso. No entanto é preciso que as pessoas saibam que o Movimento das Forças Armadas deve ser cada vez mais considerado como as próprias Forças Armadas. Têm-se feito por vezes abusivas distinções entre o Movimento por um lado e as Forças Armadas por outro. Ora o Movimento das Forças Armadas, embora tivesse sido inicialmente um núcleo de oficiais que impulsionou todo o processo que levou ao 25 de Abril, confundem-se agora essencialmente com as próprias Forças Armadas. Portanto, se houve um relativo silêncio até agora do Movimento, nomeadamente da sua Comissão Coordenadora, não quer dizer que esta estivesse adormecida em relação aos acontecimentos. Ela continua a trabalhar com grande dinamismo. Está atenta, está vigilante, e só aparece publicamente quando, em face de acontecimentos muito graves, entende que deve dar ao País uma ideia clara da sua posição sobre esses mesmos acontecimentos.

EXP. — Gostava de ouvir o senhor major, sobre alguns problemas que sobretudo se colocam mais reaccionários põem como dificuldades no processo de descolonização. O primeiro é a situação dos soldados regressados e as medidas que serão introduzidas na legislação militar. Quer adiantar algo sobre isso?

M.A. — Em relação aos soldados regressários, a esmagadora maioria deles é deuteobilizada e passa à disponibilidade. Não faria muito sentido que eles continuassem ao serviço depois de terem passado tantos meses em África, sujeitos aos sacrifícios que nós sabemos. Claro que isso provoca problemas económicos e sociais. É uma grande massa de homens que é lançada no mercado de emprego, e sabemos todos muito bem como o país atravessa graves dificuldades em matéria de emprego. Mas penso que essa é uma dificuldade inevitável, que temos de superar à custa da criação acelerada de novos postos de trabalho. Tudo isso depende da dinamização da vida económica que possa operar-se a curto prazo. De qualquer modo, não existe qualquer nova legislação militar em relação a esses homens, que passarão, como disse, na maior parte, à disponibilidade.

EXP. — Outro ponto que se põe é a da reintegração económica e

social de todos os retornados de África. É esperável que se não verifique em larga escala na medida em que portugueses continuem a viver como nacionais dos novos Estados independentes. Mas será que o Governo Provisório terá preparado medidas para o caso do seu regresso?

M.A. — Neste momento, o Governo Provisório não tem medidas concretas tomadas, a esse respeito. As pessoas que, nos territórios que adquiriram a independência, se encontram em situação (no caso da Guiné, concretamente, e no caso de Moçambique, dentro de alguns meses), não querem continuar as suas actividades, naqueles territórios e desejaram voltar, pois ficaram em condições idênticas aos restantes cidadãos portugueses. Claro que tudo isto depende do contexto global. Se dentro de alguns meses, nós conseguirmos fazer os arranjos necessários para que a economia avance numa consentida de que não haverá grandes problemas, aqueles cidadãos terão que sujeitar-se às condições que o resto da população portuguesa enfrenta neste momento.

## Solução diferenciada para Angola

EXP. — Outro problema também, de que aliás, já falámos é o da descolonização de Angola. É possível avançar embora com generalidade, algumas pistas sobre a futura evolução desse processo?

M.A. — Bem, de facto só em termos muito genéricos poderia avançar algo sobre esse assunto. Como sabe, saiu, na altura em que o sr. almirante Coutinho foi para Angola, uma nota da Junta de Salvação Nacional sobre o processo de descolonização. É natural que o primeiro passo seja a formação de um governo de coligação de todas as forças políticas representativas, que preparará os passos seguintes, que serão necessariamente diferenciados que foram seguidos nos casos da descolonização na Guiné e em Moçambique. Já atrás expliquei que, em condições políticas, económicas e sociais em Angola são muito diferentes das que se verificavam nos outros dois territórios, o que determina uma solução política diferenciada para Angola.

E quanto à situação de Cabo Verde?

M.A. — Quanto a Cabo Verde, o processo seguido será também específico e possivelmente longo, não nos podendo esquecer da sua situação económica muito particular, das dificuldades com que depara a sua população e que levarão a que, durante bastante tempo, deva ser apoiado economicamente.